



Interpelação Escrita

Acabar com o incómodo resultante do contrabando para restaurar a tranquilidade na zona Norte

Com a estabilização da situação de epidemia em Macau e o relaxe das medidas de passagem fronteiriça, as actividades de contrabando na zona Norte voltaram a reacender. É consabido que na zona Norte há muitas lojas suspeitas de recorrer aos contrabandistas ou até à contratação ilegal de trabalhadores não residentes, fazendo sair as mercadorias de forma sucessiva e via contrabando, um tipo de transporte que mais se parece com as formigas a mudar de casa, a fim de contornar o regime de exportação de mercadorias e a fiscalização alfandegária das duas regiões, situação que afecta a ordem normal de negócio entre as duas regiões.

Tal como tem acontecido ao longo dos anos, as actividades de contrabando afectam gravemente o ambiente, a higiene, o trânsito e a segurança das zonas ao redor do posto fronteiriço e perturbam o dia-a-dia e as deslocações dos residentes que moram nas zonas das Portas do Cerco, Toi San e Iao Hon. Mais, o ambiente de negócio dos lojistas comuns também é posto em causa. É difícil imaginar que o ambiente fronteiriço seja assim tão mau nesta cidade de lazer e de turismo ao nível mundial.



Pelo exposto, usando do poder em matéria de fiscalização, consagrado na Lei Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa, e solicitando que me seja dada, nos termos do artigo 15.º do Processo de interpelação sobre a acção governativa e de forma clara, objectiva e coerente, uma resposta escrita dentro de 30 dias a contar do recebimento, pelo Chefe do Executivo, da presente interpelação, volto a interpelar, depois do dia 10 de Dezembro de 2019¹, o Governo da RAEM sobre o seguinte:

1. Segundo as informações facultadas pelos Serviços de Alfândega, nos primeiros sete meses do corrente ano, nas 261 acções de combate aos contrabandistas, foram descobertos 43 casos de infracção, envolvendo 19 lojas e 53 pessoas acusadas. Mais, no posto fronteiriço das Portas do Cerco, foram acusadas 2019 pessoas em 2010 casos, envolvendo produtos electrónicos, produtos de saúde, medicamentos, vinhos, tabaco, etc. Porque é que, com as constantes acções de combate e aplicação da lei, ainda não há melhorias notórias em relação ao caos na zona Norte? As autoridades concordam com a afirmação de que o pleno reordenamento, o restabelecimento da tranquilidade comunitária e a limpeza da cidade são trabalhos inadiáveis?

2. Nas acções conjuntas do Governo, foram descobertas, várias vezes, lojas

¹ Interpelação de Sou Ka Hou apelando ao Governo por um reordenamento perante os problemas e incómodos causados pelo contrabando nas zonas das Portas do Cerco e de Toi San, 10 de Dezembro de 2019, <https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2020-01/911595e16d19142113.pdf>



de contrabando suspeitas de terem violado a Lei do comércio externo, o Decreto-Lei n.º 58/90/M (Regula o exercício das profissões e das actividades farmacêuticas) e a Lei da contratação de trabalhadores não residentes e, algumas vezes, foram acusadas pessoas, nos termos do Regulamento geral dos espaços públicos, devido à ocupação de espaços públicos e ao abandono de lixo, no entanto, a multa, uma sanção administrativa, é a única aplicável à maioria dos casos, portanto, o impacto daí decorrente pode não ser muito grande para as actividades de contrabando que podem gerar lucros elevados. As autoridades devem continuar a reforçar e aprofundar a investigação, e, ao mesmo tempo, recorrer, ao nível interserviços ou até inter-regional, à troca de informações e à respectiva análise, com o objectivo nuclear e principal de combater, a partir da fonte, os grupos por detrás deste tipo de esquemas. Vão fazê-lo?

3. Ao longo dos anos, as actividades de contrabando têm incomodado os residentes e lojistas nas zonas das Portas do Cerco, Toi San e Iao Hon, afectando o seu normal dia-a-dia, deslocações e negócio. Nos últimos anos, estas actividades até alargaram, de forma constante, o raio do seu alcance, estendendo-se às ruas, travessas, centros comerciais e habitações nas proximidades. Segundo os dados dos Serviços de Alfândega, foram recebidas 309 denúncias nos primeiros sete meses, das quais cerca de 35% dizem respeito a contrabandistas e tabaco ilegal, número esse que tende a aumentar. As autoridades devem reforçar a comunicação a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

posteriori com os denunciantes, como, por exemplo, informá-los atempadamente do ponto da situação do caso e do respectivo acompanhamento, por forma a incentivar mais cidadãos a prestarem informações. Vão fazê-lo? As autoridades devem colaborar com indivíduos e associações para aperfeiçoar o policiamento comunitário, e, através dos mais diversos meios, apelar, constantemente, nos bairros comunitários, para se evitar actividades de contrabando e incómodos para a tranquilidade comunitária. Vão fazê-lo?

17 de Agosto de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Sou Ka Hou